



## SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: incidências políticas do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) de Santa Catarina para a implementação da lei federal nº 13.935/2019

**Débora Ruviaro<sup>1</sup>**

**Elisônia Carin Renk<sup>2</sup>**

**Flávia de Brito Souza<sup>3</sup>**

**Simone Dalbello<sup>4</sup>**

**RESUMO:** Relato de experiência das ações políticas do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 12ª Região voltadas à implementação da Lei 13.935/2019, a qual prevê a inserção dos serviços de Psicologia e Serviço Social na educação básica no estado de Santa Catarina. Para planejar e executar ações voltadas à implementação da Lei no estado, o CRESS 12ª Região constituiu o Grupo de Trabalho (GT) Serviço Social na Educação que teve como primeira ação articular com entidades da Psicologia, culminando na constituição do Grupo de Trabalho (GT) Estadual Psicologia e Serviço Social na Educação.

**PALAVRAS-CHAVES:** Serviço Social na Educação; Política Pública de Educação; Educação Básica.

### 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva apresentar a experiência do Conselho Regional de Serviço Social do estado de Santa Catarina referente às ações políticas voltadas a implementação da Lei 13.935/2019 (Brasil, 2019), a qual prevê a inserção dos serviços de Psicologia e Serviço Social na educação básica em âmbito municipal e estadual. Para organizar e centralizar as ações que perspectivam a implementação da Lei no território catarinense, o CRESS 12ª Região, na Gestão (2020-2023) “Coragem e Democracia: a certeza na frente a história na mão”, constituiu por meio de portaria o Grupo de Trabalho (GT) Serviço Social na Educação. A Gestão do CRESS 12ª Região entendeu a necessidade de dar centralidade ao acompanhamento da implementação da Lei, compreendendo as possibilidades de ampliação dos espaços sócio-ocupacionais para a categoria de Assistentes Sociais e, conseqüentemente, a execução das competências e atribuições privativas no

<sup>1</sup> Assistente Social. Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, Florianópolis, Brasil). Doutoranda na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, Florianópolis, Brasil) e Assistente Social na Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED, Florianópolis, Brasil). E-mail: deborarvoro@gmail.com.

<sup>2</sup> Assistente Social. Mestra em Ciências Ambientais pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECO, Chapecó, Brasil). Conselheira no Conselho Regional de Serviço Social da 12ª Região (CRESS, Florianópolis, Brasil). E-mail: elisoniarenk@gmail.com.

<sup>3</sup> Assistente Social. Mestra em Estudos Africanos pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL, Portugal). Doutoranda na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, Florianópolis, Brasil) e Assistente Social no Conselho Regional de Serviço Social 12ª Região (CRESS, Florianópolis, Brasil). E-mail: flaviabritosouza@gmail.com.

<sup>4</sup> Assistente Social. Mestra em Ciências Humanas pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS, Chapecó, Brasil). Assistente Social da Secretaria Municipal de Educação de Concórdia/SC (SEMED, Concórdia, Brasil). E-mail: simonecdalbello@gmail.com.



# V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina  
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

âmbito da educação básica, além de contribuir para a garantia da educação enquanto direito social, visando o acesso, a permanência e o aproveitamento escolar dos educandos e a preparação para o exercício da cidadania.

Desde a aprovação da Lei Federal 13.935 em 2019, o Serviço Social e a Psicologia vêm se articulando em âmbito nacional, estadual e municipal, no empenho da mobilização política das/os agentes públicos para implementação da referida lei. Assim, os Grupos de Trabalho têm configurado uma tecnologia que manifesta a necessidade de medidas diferenciadas para atender a especificidade da política de educação, e é sobre esta experiência que apresentaremos a seguir o relato.

## 2. CRIAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO

A proposição de inserir a profissão de Serviço Social na política pública de educação básica no Brasil é um movimento de longa história, iniciado no ano de 2000, quando o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) criou o GT Nacional Serviço Social na Educação. Foi realizado pelo GT Nacional um levantamento sobre a inserção de Assistentes Sociais na Política de Educação (CFESS, 2013). Tal ação foi estimulada a partir do reconhecimento dos resultados das ações desenvolvidas por Assistentes Sociais nos diferentes espaços ocupacionais da Política de Educação (CFESS, 2001) e referenciado pela Lei 9.394/1996 – conhecida como Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – especificamente nos princípios e fins da educação nacional, estabelecidos no artigo 3º do título II da referida lei (BRASIL, 1996), que justificam social e institucionalmente suas possibilidades de inserção, atuação e legitimação dos profissionais na Política de Educação.

Foram duas décadas de tramitação do Projeto de Lei para culminar na sua aprovação em 2019, passando pelo veto presidencial e em seguida a derrubada do veto pelo Congresso. Em uma conjuntura de retrocessos, desmontes e cortes em todas as áreas das políticas sociais, a aprovação dessa lei representa uma importante vitória para a política pública de educação. A lei possibilitou a inserção das equipes multiprofissionais compostas por Assistentes Sociais e Psicólogas/os nas redes públicas de educação básica, com o objetivo de contribuir no

### Realização



Universidade Federal de Santa Catarina  
Departamento de Serviço Social  
Programa de Pós Graduação em Serviço Social  
Curso de Graduação de Serviço Social

### Apoio





# V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina  
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

atendimento integral e de qualidade do processo de ensino-aprendizagem, atuando na mediação das relações sociais e institucionais (CFESS, 2013).

Em maio de 2020, quando a Gestão (2020-2023) “Coragem e Democracia: a certeza na frente, a história na mão” assumiu o Conselho Regional de Serviço Social CRESS 12ª Região, definiu-se no Plano de Trabalho da instituição a necessidade de organização e mobilização, em âmbito estadual, visando a implementação da Lei 13.935/2019 em todo o território catarinense, por meio da regulamentação, implementação, criação de vagas e de condições de contratação e de vinculação nas Secretarias de educação, garantindo condições de trabalho decente no interior das escolas e dos espaços de gestão, dotação orçamentária e defesa de concursos públicos – tanto na esfera estadual, quanto na municipal.

Se faz necessário, mesmo que de forma pontual, apresentar algumas considerações sobre a concepção de educação que o CRESS/SC defende, aliançada com o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social. A defesa da educação se faz através da luta pelo acesso e permanência de estudantes na educação pública, compreendida como direito social, laica, gratuita, socialmente referenciada, antirracista, anticapacitista, presencial e de qualidade (CFESS, 2001; CFESS 2013). A luta está respaldada nos direitos humanos e na defesa intransigente da educação como um direito social de todas/os, conforme especificado na Declaração Universal de Direitos Humanos, na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). Quando a educação é defendida como direito social, nos reportamos ao Sistema de Seguridade Social Ampliada, no qual a educação faz parte da Rede de Proteção dos territórios para todas as crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Desta perspectiva, a Rede de Proteção precisa contar com profissionais que articulam a rede intersetorial a partir da escola, através da proposição de ações de gestão democrática e participativa da comunidade escolar.

Assumindo essa luta em favor da educação pública, a Gestão 2020-2023 do Conselho Regional de Serviço Social CRESS 12ª Região elegeu como principal pauta política as articulações para implementação da lei 13.935/2019 no estado de Santa Catarina. Ainda no ano de 2020 foi instituído o GT Serviço Social na Educação, sendo um espaço para discussões internas do CRESS referente a inserção de assistentes sociais na política pública e privada de educação básica.

## Realização



Universidade Federal de Santa Catarina  
Departamento de Serviço Social  
Programa de Pós Graduação em Serviço Social  
Curso de Graduação de Serviço Social

## Apoio





# V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina  
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

Além de conselheiras e trabalhadoras do CRESS, logo foram inseridas também profissionais do Serviço Social que já atuavam na educação básica em municípios de Santa Catarina, visando não só garantir o acompanhamento da prática profissional nesta área de atuação, mas também promover a participação e a contribuição destas profissionais nas ações políticas do Conselho por meio do GT.

Inicialmente, participaram do GT 3 conselheiras, 3 trabalhadoras do CRESS (assessora técnica e duas agentes fiscais), duas profissionais assistentes sociais de base, e duas estudantes representantes da Executiva Nacional das/os Estudantes em Serviço Social (ENESSO). O GT realizava reuniões mensais, organizadas a partir de pautas estabelecidas pelo grupo, e realizadas de forma virtual por meio de chamada de vídeo devido às medidas de distanciamento social estabelecidas a partir da pandemia da Covid-19<sup>5</sup>. Foi construído um Plano de Ação buscando estratégias para alavancar o debate sobre a atuação do/a Assistente Social na política de educação em Santa Catarina, bem como efetivar a aplicabilidade da lei no estado e nos municípios.

Imediatamente após a criação do GT Serviço Social na Educação, o CRESS realizou o movimento de agregar-se às entidades representativas da Psicologia, visando a articulação para que as ações não fossem centralizadas somente em torno do Serviço Social. Desde o início, o CRESS/SC teve a preocupação, e se manteve firme neste direcionamento, de que as ações de articulação política em nível estadual não poderiam ser feitas somente por uma das profissões, em consonância com as orientações do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), que também trabalhou na frente articulada com o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e demais entidades representativas das categorias profissionais.

Desta forma, o primeiro movimento foi o estabelecimento de diálogo com o Sindicato das/os Psicólogas/os de Santa Catarina (SinPsi/SC) e com o Conselho Regional de Psicologia (CRP-12). Buscando o fortalecimento da luta em nível de estado, foi realizado convite para outras entidades representativas das categorias, visando a atuação conjunta. Definiu-se então que todas as ações seriam realizadas por meio do GT, partindo da premissa de que a luta pela educação se sobrepõe à disputa corporativista entre as duas profissões.

---

<sup>5</sup> O Conselho Regional de Serviço Social CRESS 12ª Região retornou com as atividades presenciais na sede do conselho em dezembro de 2021.

## Realização



Universidade Federal de Santa Catarina  
Departamento de Serviço Social  
Programa de Pós Graduação em Serviço Social  
Curso de Graduação de Serviço Social

## Apoio





# V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina  
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

Com a consolidação da articulação das entidades representativas do Serviço Social e da Psicologia, o GT passou a buscar parceria com outras instituições públicas consideradas fundamentais para efetivação das ações. Dentre elas, a Federação Catarinense de Municípios (FECAM), a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), o Conselho Estadual de Educação (CEE), a Secretaria de Estado da Educação (SED) e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (SINTE).

### 3. INCIDÊNCIAS POLÍTICAS DOS GRUPOS DE TRABALHOS

A criação de Grupos de Trabalho, no âmbito do Conselho Regional de Serviço Social, decorreu do planejamento e execução de ações políticas voltadas a um tema específico, nesse caso, a implementação da Lei nº 13.935/2019. Diante da constituição dos GTs supramencionados, historicizamos as ações empreendidas pelo CRESS 12ª Região e entidades parceiras para implementação da Lei no estado de Santa Catarina.

O GT Estadual do Serviço Social e Psicologia na Educação protagonizou, articulou e mobilizou diferentes atores para discussão sobre a regulamentação da lei no estado. Das ações em prol da implementação da Lei nº13.935/2019 no estado de Santa Catarina, é imperativo destacar a articulação que vem sendo construída desde o ano de 2020, logo após a aprovação da referida lei.

Objetivando fortalecer o vínculo entre as entidades participantes do GT e dar homogeneidade aos materiais produzidos, foi fundamental a conjugação de um plano de comunicação no intuito de criar a identidade visual do grupo de trabalho, mobilizar as duas categorias profissionais e divulgar as atividades realizadas.

Uma das primeiras ações do GT, realizada no período das eleições municipais de 2020, foi endereçar a 1ª Carta Aberta às/aos candidatas/os aos pleitos eleitorais municipais dos cargos de prefeitas/os e vereadoras/es, para inclusão da lei nos planos de governo municipais. Após articulações políticas com a Federação Catarinense de Municípios (FECAM), a carta foi enviada pela Federação e compartilhada nos canais de comunicação das entidades que compõem o GT. Também foi elaborado e enviado ofício às/aos gestoras/es municipais então em exercício, informando a promulgação da lei federal com o conteúdo que solicitava a regulamentação nos respectivos municípios.

#### Realização



Universidade Federal de Santa Catarina  
Departamento de Serviço Social  
Programa de Pós Graduação em Serviço Social  
Curso de Graduação de Serviço Social

#### Apoio





# V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina  
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

O CRESS 12ª Região criou uma página socializando informações relacionadas às ações desencadeadas pelos GTs, com matérias das reuniões, documentos elaborados, legislações e materiais produzidos na área da educação, para subsidiar a categoria na qualificação do diálogo e principalmente no exercício profissional.

Com o intento de subsidiar as ações políticas e a intervenção profissional focada na política de educação, foi desenvolvida capacitação interna para todo o grupo de conselheiras, trabalhadoras/es e demais Assistentes Sociais que participam/participavam das Comissões precípua e temática do CRESS 12ª Região. Para além disso, foi realizado diálogo com os 13 Núcleos de Base do CRESS (NUCRESS) para o planejamento de ações políticas na perspectiva da implementação da Lei nas regiões do estado. Como resultado dessa articulação, foram criados nos municípios Grupos de Trabalhos regionais para acompanhamento do processo nos seus territórios.

O Conselho utilizou diferentes formas de comunicação com a categoria profissional, tendo publicado sobre esse tema de forma periódica na revista Via Social. As revistas são disponibilizadas por meio do site do conselho e enviadas pelo serviço dos Correios para todas/os profissionais. Posteriormente, no mês de novembro de 2020, o Portal Desacato realizou roda de conversa on-line, contando com a participação do GT Serviço Social na Educação no debate, abordando a discussão numa perspectiva crítico-dialética, baseado no projeto ético-político do Serviço Social. A roda de conversa encontra-se disponível na página do Facebook do CRESS 12ª Região. Nos meses seguintes, o GT Estadual elaborou o “Guia Prático para Implementação da Lei nº13.935/2019”, o qual contém orientações diretas e objetivas sobre a regulamentação da lei em âmbito municipal, com as etapas e o passo a passo para a implementação da Lei. O objetivo do Guia Prático é auxiliar gestoras e gestores municipais no exercício de suas atribuições, buscando a implementação de uma política pública eficiente voltada para um sistema de educação que desenvolva uma perspectiva integral de suas/seus estudantes como seres que estão inseridas/os no ambiente escolar para receber formação que propicie qualidade no desenvolvimento cognitivo, afetivo e social.

Produzido com base no Manual do GT Nacional, o Guia Prático apresenta os seguintes conteúdos: o texto da Lei 13.935/2019, as atribuições das/os profissionais

## Realização



Universidade Federal de Santa Catarina  
Departamento de Serviço Social  
Programa de Pós Graduação em Serviço Social  
Curso de Graduação de Serviço Social

## Apoio





# V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina  
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

de Psicologia e Serviço Social junto às equipes multiprofissionais, a minuta do projeto de lei municipal que regulamenta a lei federal, como iniciar o processo para a implementação da lei 13.935/2019 nos municípios, o custeio das equipes multiprofissionais, além de apresentar ao final uma lista de documentos e referências técnicas para consulta. Trata-se de um documento que objetiva subsidiar a regulamentação da Lei nos municípios de Santa Catarina, de forma a garantir que a política de educação se efetive em consonância com a defesa proposta pelo GT de uma educação que seja pública, laica, gratuita, socialmente referenciada, de qualidade, antirracista, anticapacitista, antissexista, antiLGBTfóbica, presencial e de qualidade.

Em parceria com a FECAM, no mês de maio de 2021 foram realizadas 8 reuniões descentralizadas, com o objetivo de dar visibilidade ao Guia Prático e ao Grupo de Trabalho. Participaram dessas reuniões profissionais do Serviço Social e da Psicologia, gestoras e gestores municipais, bem como demais profissionais da política de educação. Em cada reunião, as/os participantes tiveram a oportunidade de esclarecer dúvidas, realizar trocas de experiências com municípios que já possuíam equipes atuando, e reafirmar o debate em torno da importância da atuação de Assistentes Sociais e Psicólogas/os nas escolas. Com essa parceria, foram contemplados todos os municípios do estado. Representantes do GT Estadual participaram de todas as reuniões e assim estabeleceram um contato direto com as gestões municipais.

Ainda no mês de maio de 2021, O GT Estadual Serviço Social e Psicologia na Educação articulou a realização de audiência pública em conjunto com o Gabinete da Deputada Estadual que coordena a Comissão de Educação da Assembleia do Estado de Santa Catarina (ALESC) e que vem pautando a implementação da Lei nº 13.935 no estado. Para além disso, o GT também iniciou um diálogo com o Conselho Estadual de Educação, com o Sindicato Estadual das/os Trabalhadoras/es da Educação (SINTE) e outras entidades da política de educação, com o objetivo de pautar a necessidade da implantação da Lei nos municípios e a discussão sobre os recursos do FUNDEB, visando fortalecer a luta no estado.

Em seguida, no mês de junho de 2021, o GT Estadual participou de *live* promovida pela FECAM sobre o trabalho da equipe multiprofissional na rede pública de educação básica, direcionada para as/os secretárias/os municipais de educação.

## Realização



Universidade Federal de Santa Catarina  
Departamento de Serviço Social  
Programa de Pós Graduação em Serviço Social  
Curso de Graduação de Serviço Social

## Apoio





# V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina  
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

Além desta *live*, contribui-se para a realização de evento alusivo ao dia da/o Psicóloga/o, realizado no formato virtual pelo SINPSI-SC, com objetivo de reconhecer e aprofundar o diálogo sobre este campo de atuação, fortalecendo a articulação política das duas profissões.

Um dos momentos considerados mais importantes foi a organização da capacitação intitulada “O Serviço Social na Educação Básica: Elementos para a implementação da Lei nº13.935/2019”. Objetivando qualificar Assistentes Sociais do estado de Santa Catarina acerca do Serviço Social na Educação Básica e apresentar elementos para a implementação da Lei nº 13.935/2019. A organização foi pelo GT Serviço Social na Educação. Constatou-se que para além de profissionais de Santa Catarina, houve a participação de profissionais dos demais estados brasileiros. A capacitação ocorreu no formato on-line e encontra-se disponível na página do Youtube do CRESS 12ª Região. Cerca de 920 profissionais e acadêmicas/os de diversas regiões do país participaram da atividade e receberam muito bem a proposta. A capacitação dividiu-se em quatro módulos, realizados durante o período de junho a julho de 2021. O primeiro módulo discutiu a Concepção de Educação e do Serviço Social na Educação. Quem abordou o assunto foi o Professor Assistente Social Ney Luiz Teixeira de Almeida, que contribuiu para problematizar sobre as diferentes concepções de educação, como elas se constituem na escola e quais são as demandas do Serviço Social nesse espaço. Analisou a temática numa perspectiva marxista, referenciando o educador brasileiro Paulo Freire, que deixou um importante legado para a Educação e para o Serviço Social ao definir a educação como “ato político”.

O segundo módulo da capacitação, Atribuições e Competências do Serviço Social na Educação Básica, foi ministrado pela Professora e Assistente Social Eliana Bolorino Canteiro Martins. Apresentando o fazer profissional da/o Assistente Social na Educação Básica, a palestrante destacou as atribuições e competências a partir da Lei de Regulamentação da Profissão e do Código de Ética profissional. Salientou que na escola existirão demandas institucionais, profissionais e das/os usuárias/os, assim a intervenção do Serviço Social deverá ter caráter individual e coletivo. Destacou também a importância do trabalho interdisciplinar e a necessidade da intersetorialidade da educação com as demais políticas, tendo em vista que a educação é parte da rede de proteção básica, como direito social e humano.

## Realização



Universidade Federal de Santa Catarina  
Departamento de Serviço Social  
Programa de Pós Graduação em Serviço Social  
Curso de Graduação de Serviço Social

## Apoio





# V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina  
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

O terceiro módulo foi abordado pelo Assistente Social e Professor Wagner Roberto Amaral sobre o Marco Legal do Serviço Social na Educação Básica, trazendo elementos sobre a organização da Educação Básica no país, dialogando com o arcabouço legal da política de educação. Relembrou que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) reconhece Assistentes Sociais e Psicólogas/os como profissionais da educação, reafirmando que a educação é direito subjetivo universal, sendo o Estatuto da Criança e do Adolescente uma referência legal para a LDB. Abordou sobre o financiamento da Educação Básica, trazendo instrumentos legais que fundamentam a importância da Lei 13.935/2019, por meio da aprovação do FUNDEB.

O quarto e último módulo da Capacitação foi organizado pelo Grupo de Trabalho Estadual Serviço Social e Psicologia na Educação. Aberto também para a participação de profissionais da Psicologia, este módulo discutiu as possibilidades de mobilização e de construção de estratégias das categorias profissionais para efetivação da Lei 13.935/2019 nos municípios. O GT apresentou as atividades realizadas desde sua criação e, por fim, houve o lançamento do Guia Prático para a Implementação da Lei 13.935/2019, elaborado pelo GT.

Tramitava na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC), desde 2019, projeto de lei que previa a inserção de profissionais da Psicologia nas escolas públicas do estado. Diante disso, o GT realizou articulação com os deputados para que fosse adicionado também a contratação de Assistentes Sociais, conforme legislação federal já em vigor. Fruto dessa articulação, foi apresentada emenda parlamentar para adequação do referido projeto de Lei, visando incluir a previsão também da contratação do cargo de Assistentes Sociais, e não somente de Psicólogas/os. Em março de 2022, houve então a promulgação da Lei N° 18.354, de 17 de março de 2022, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social na rede pública estadual de educação básica (SANTA CATARINA, 2022).

O GT também realizou reunião com representantes do governo do estado e do Ministério Público de Santa Catarina para dialogar sobre o apoio desses órgãos na efetivação da lei. Em decorrência dessa articulação com o Ministério Público, e também em parceria com a FECAM e com a UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) foi elaborada uma minuta de decreto com a

## Realização



Universidade Federal de Santa Catarina  
Departamento de Serviço Social  
Programa de Pós Graduação em Serviço Social  
Curso de Graduação de Serviço Social

## Apoio





# V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina  
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

finalidade de subsidiar os poderes executivos municipais na regulamentação da Lei nº 13.935/2019. Esta proposta foi elaborada por uma equipe multiprofissional composta por assistentes sociais, psicólogas/os e educadoras/es, no período aproximado de quase um ano de debates construtivos e ponderações críticas frente às realidades municipais e diante dos compromissos éticos e políticos de cada profissão.

Como se pode notar, foram inúmeras as ações realizadas pelo GT Estadual, em diferentes frentes, para que a implementação da Lei nº 13.935 avançasse em Santa Catarina. Uma ação que merece destaque, pelos resultados que promoveu, foi a articulação com a Secretaria de Estado da Educação (SED). Após serem verificadas as possibilidades de organização de propostas no sentido de efetivar a contratação de Assistentes Sociais e Psicólogas/os na rede estadual de ensino, foram apresentadas duas propostas: a primeira de possível alteração na Lei complementar nº 676 de 12 de julho de 2016, que prevê o quadro civil do estado, para inclusão do cargo de Psicóloga/o, considerando que o cargo de Assistente Social já estava previsto; e a segunda, de realização de Processo Seletivo para contratação imediata da equipe multiprofissional, considerando a morosidade de abertura de um concurso público. Diante da articulação, o GT se manifestou oficialmente para SED, contribuindo com a proposta de contratação das/os profissionais e demarcando a defesa da abertura de concurso público. Foram abertas 64 vagas para Assistentes Sociais e 64 vagas para Psicólogas/os, por meio de processo seletivo simplificado. Atualmente, as/os profissionais estão lotadas/os no Órgão Central da Secretaria Estadual de Educação e nas Coordenadorias Regionais de Educação, as quais abrangem todas as regiões do estado.

Destarte, a atuação de Assistentes Sociais na educação compoendo equipes multiprofissionais possibilitará o atendimento integral aos diversos sujeitos partícipes do processo ensino-aprendizagem, pautada na formulação de respostas para o enfrentamento das dificuldades do cotidiano educacional, tais como: evasão escolar, baixo rendimento escolar, sexualidade, violência doméstica, disparidades de gênero, etnia, dentre outras. Contribuirá com o processo de inclusão e permanência de estudantes com necessidades educativas especiais na perspectiva da inclusão escolar e ampliação da cidadania.

## Realização



Universidade Federal de Santa Catarina  
Departamento de Serviço Social  
Programa de Pós Graduação em Serviço Social  
Curso de Graduação de Serviço Social

## Apoio





# V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina  
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

O trabalho da/o Assistente Social no campo da educação não se restringe ao segmento estudantil e nem às abordagens individuais. Envolve ações com as famílias, professoras/es, trabalhadoras/es da educação, com gestoras/ es dos estabelecimentos públicos, com as/os profissionais e as redes que compõem as demais políticas públicas, as instâncias de controle social e os movimentos sociais. Além disso, é necessário planejamento, sistematização, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas, na direção da identificação de demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o seu enfrentamento, considerando as articulações com outras/os profissionais e com a rede de proteção social.

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referido artigo demonstra que, com a aprovação da Lei Federal 13.935 em 2019, o Serviço Social e a Psicologia estão se articulando em âmbito nacional e estadual, no empenho da mobilização política das/os agentes públicos para implementação da referida lei. Observamos importantes avanços no estado de Santa Catarina, como a aprovação da Lei 18.354/2022, (SANTA CATARINA, 2022), a qual é resultado deste esforço coletivo em prol de uma educação que seja pública, laica, plural, antirracista, anticapacitista, antissexista, antiLGBTfóbica, de qualidade e democrática em todos os níveis. A presença de Assistentes Sociais na política de educação possui como prerrogativa a garantia e o acesso à educação enquanto um direito social, o qual deve estar acessível a todas as pessoas, observando a defesa intransigente dos direitos humanos e da justiça social. Nesta esteira, é imprescindível considerar o Serviço Social como uma profissão imbricada com a política de educação. É importante também salientar o direcionamento político e ético defendido pela profissão a partir de seu Projeto Ético-político Profissional, alinhado a um projeto de sociedade que visa a superação dos sistemas de opressão e a emancipação humana.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8662.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm). Acesso em 02 ago. 2024.

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina  
Departamento de Serviço Social  
Programa de Pós Graduação em Serviço Social  
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





# V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina  
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em 02 set. 2023.

BRASIL. Lei 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm). Acesso em 02 ago. 2024.

BRAZ, Marcelo. Projeto ético-político e lutas sociais: história e processo. IN: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e Silva (Org.). Congresso da virada e o serviço social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo: Cortez, 2019.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Bandeiras de Luta do Conjunto CFESS-CRESS. CFESS: Brasília, [2020]. Disponível em:  
<http://www.cfess.org.br/arquivos/FolderBandeiradeLutas-Livreto.pdf>. Acesso em 02 ago. 2024.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Resolução CFESS 273 de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. IN: BONETTI, Dilséa A. et al. Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Serviço Social na Educação. CFESS: Brasília, 2001. Disponível em:  
[http://www.cfess.org.br/arquivos/SS\\_na\\_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf). Acesso em 02 ago. 2024.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação. Série trabalho e projeto profissional nas políticas. CFESS: Brasília, [2013].

IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. IN: Atribuições privativas do/a assistente social em questão. CFESS: Brasília, 2012.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e Silva (Coord.). O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTA CATARINA. Lei Nº 18.354, de 17 de março de 2022. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social na rede pública estadual de educação básica. Disponível em:  
[http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2022/18354\\_2022\\_lei.html](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2022/18354_2022_lei.html). Acesso em 02 ago. 2024.

SOARES, Josiane Soares Santos. “Questão Social”: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

## Realização



Universidade Federal de Santa Catarina  
Departamento de Serviço Social  
Programa de Pós Graduação em Serviço Social  
Curso de Graduação de Serviço Social

## Apoio

